BALANÇO PATRIMONIAL 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Ativo			(Reclassificado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	293.696	348.047
Contas a receber de clientes e outros	6	382.974	385.499
Títulos e valores mobiliários	7	1.715	2.466
Instrumentos financeiros derivativos	14	162	86.449
Impostos e contribuições a recuperar	8	71.955	41.920
Estoques		3.181	3.546
Serviços em curso		1.312	2.352
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	66.986	16.885
Outros ativos circulantes		31.346	21.601
Total do ativo circulante		853.327	908.765
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	149.851	156.132
Instrumentos financeiros derivativos	14	60.811	8.140
Impostos e contribuições a recuperar	8	31.303	26.691
Impostos e contribuições diferidos	9	32.271	37.011
Depósitos judiciais	18	19.797	18.068
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	7.290	2.964
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	-	15.847
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	1.072.340	821.864
Outros ativos não circulantes		5.553	8.187
Intangível	12	964.619	861.824
Total do ativo não circulante		2.343.835	1.956.728
Ativo total		3.197.162	2.865.493

BALANÇO PATRIMONIAL 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	221.917	242.471
Empréstimos e financiamentos	14	180.981	367.626
Debêntures	14	12.878	110.182
Instrumentos financeiros derivativos	14	4.650	1.128
Salários e encargos a pagar	15	26.907	29.529
Encargos setoriais	16	17.585	25.707
Impostos e contribuições a recolher	17	68.689	61.811
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	24.304	1.494
Provisões	18	4.387	8.488
Outros passivos circulantes	19	50.598	51.443
Total do passivo circulante	-	612.896	899.879
Não circulante			
Fornecedores	13	18.580	17.544
Empréstimos e financiamentos	14	707.349	447.301
Debêntures	14	754.202	585.726
Instrumentos financeiros derivativos	14	6	13.063
Encargos setoriais	16	17.318	13.989
	17	49	13.969
Impostos e contribuições a recolher			
Provisões	18	98.642	29.981
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	-	1.177
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	10	11.208	-
Outros passivos não circulantes	19	10.144	4.347
Total do passivo não circulante	-	1.617.498	1.113.176
Patrimônio líquido	20		
Capital social		542.339	542.339
Reservas de capital		184.338	184.338
Reservas de lucros		99.896	68.735
Outros resultados abrangentes		(3.583)	(3.505)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	_	143.778	60.531
Total do patrimônio líquido	-	966.768	852.438
Passivo e patrimônio líquido total	=	3.197.162	2.865.493

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2018	2017
			(Reclassificado)
Receita líquida	21	2.396.875	2.170.521
Custos dos serviços		(1.829.271)	(1.760.270)
Custos com energia elétrica	22	(1.291.389)	(1.237.384)
Custos de operação	23	(196.103)	(232.489)
Custos de construção		(341.779)	(290.397)
Lucro bruto	·	567.604	410.251
Despesas com vendas	23	(54.376)	(54.047)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	23	(133.355)	(63.028)
Lucro operacional	•	379.873	293.176
Resultado financeiro	24	(89.198)	(63.041)
Receitas financeiras	•	481.596	224.159
Despesas financeiras		(570.794)	(287.200)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	•	290.675	230.135
Imposto de renda e contribuição social	9	(48.993)	(41.857)
Corrente	•	(37.507)	(6.663)
Diferido		(11.486)	(35.194)
Lucro líquido do exercício		241.682	188.278
Lucro básico e diluído por ação do capital em – R\$:	•		
Ordinária		1,4059	1,0952
Preferencial A		1,5465	1,2048
Preferencial B		1,5465	1,2048
1 Totoronolar B		1,0-100	1,2040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes	241.682	188.278
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganho líquido (perda) na remensuração dos planos de benefícios pós-emprego Impostos diferidos sobre resultados abrangentes que não serão reclassificados no	4.088	(11.168)
resultado	(1.390)	3.797
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	2.698	(7.371)
ltens que serão reclassificados para o resultado:		
Ganho líquido (perda) em <i>hedge</i> de fluxo de caixa Impostos diferidos sobre resultados abrangentes que serão reclassificados no	(4.206)	-
resultado	1.430	
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(2.776)	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(78)	(7.371)
Resultado abrangente do exercício	241.604	180.907
Lucro líquido básico e diluído por ação do capital em – R\$:		
Ordinária	1,4054	1,0524
Preferencial A	1,5465	1,1576
Preferencial B	1,5465	1,1576

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Capital Com capital Capital				Reserva de	capital		Res	erva de lucro	s				
Aumento de capital 362.552 (82.428) (280.124)			de bens e direitos constituídos com capital	especial	incentivo	reservas de	de incentivo		reservas	resultados	distribuição de dividendos		Total do patrimônio líquido
Reversão dos dividendos prescritos	Saldos em 01 de janeiro de 2017	179.787	4.648	179.315	82.428	375	302.690	27.833	-	3.866	64.201	-	845.143
Aprovação da proposta de dividendos	Aumento de capital	362.552	-	-	(82.428)	-	(280.124)	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes Composition de exercício 188.278 288.278 </td <td>Reversão dos dividendos prescritos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>238</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>238</td>	Reversão dos dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	238	-	-	-	238
Outros resultados abrangentes Ganhos e perdas atuariais líquidos	Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.201)	-	(64.201)
Canhos e perdas atuariais líquidos	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	188.278	188.278
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		-	-	-	-	-	-	-	-	(7.371)	-	-	(7.371)
Juros sobre capital próprio - - - - - - - - -	Destinação:												
Dividendos intermediários	Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	-	-	-	-	-	18.098	-	-	-	-	(18.098)	-
Dividendos propostos - - - - - - - - -	Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.364)	(55.364)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 542.339 4.648 179.315 - 375 40.664 27.833 238 (3.505) 60.531 - 852.4 Adoção inicial CPC 48/IFRS 9 (Nota 2.6) -	Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.285)	(54.285)
Adoção inicial CPC 48/IFRS 9 (Nota 2.6)	Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.531	(60.531)	` -
Aprovação da proposta de dividendos	Saldos em 31 de dezembro de 2017	542.339	4.648	179.315	-	375	40.664	27.833	238	(3.505)	60.531	-	852.438
Cutros resultados abrangentes Ganhos e perdas atuariais líquidos - - - - - - - - - 241.682 </td <td>Adoção inicial CPC 48/IFRS 9 (Nota 2.6)</td> <td>-</td> <td>(13.016)</td> <td>(13.016)</td>	Adoção inicial CPC 48/IFRS 9 (Nota 2.6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.016)	(13.016)
Outros resultados abrangentes Ganhos e perdas atuariais líquidos -<	Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.531)	-	(60.531)
Ganhos e perdas atuariais líquidos 2.698 2.098 2.098 2.098	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	241.682	241.682
Efeito hedge de fluxo de caixa - - - - - - - (2.76) Destinação: Reserva de incentivo fiscal - SUDENE - - - - 31.161 - - - - (31.161) Juros sobre capital próprio - - - - - - - (53.727) (53.727)	Outros resultados abrangentes												
Destinação: Reserva de incentivo fiscal - SUDENE - - - - 31.161 - - - - (31.161) Juros sobre capital próprio - - - - - - - - (53.727) (53.727) (53.727)	Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	2.698	-	-	2.698
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE 31.161 (31.161) Juros sobre capital próprio (53.727) (53.727)	Efeito hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.776)	-	-	(2.776)
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE 31.161 (31.161) Juros sobre capital próprio (53.727) (53.727)	Destinação:												
Juros sobre capital próprio (53.727) (53.727)		-	-	-	-	-	31.161	-	-	-	-	(31.161)	-
	Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		(53.727)
		-	-	-	-	-		-	-	-	143.778		-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 542.339 4.648 179.315 - 375 71.825 27.833 238 (3.583) 143.778 - 966.7	Saldos em 31 de dezembro de 2018	542.339	4.648	179.315		375	71.825	27.833	238	(3.583)	143.778		966.768

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

		2018	2017
Fluxo de caixa operacional			(Reclassificado)
Lucro líquido do exercício		241.682	188.278
Ajustes para:	(+)	00.070	75.004
	(*)	82.976	75.091 (50.736)
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros		(92.931)	(50.736)
Imposto de renda e contribuição social Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais		11.486 95.299	35.194 88.584
Valor de reposição estimado da concessão		(90.690)	(58.128)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos de investimentos, intangíveis e		(50.050)	(00.120)
financeiros indenizáveis		15.466	20.759
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas		46.001	2.393
Perdas por redução esperada de créditos de liquidação duvidosa		12.371	712
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego		(296)	(1.190)
Atualização das provisões para contingências		25.609	3.789
Atualização de títulos e valores mobiliários		(308)	(37.812)
Outras atualizações de receitas e despesas líquidas		589	1.212
		347.254	268.146
Variações em:			
Contas a receber de clientes e outros		(23.287)	(42.189)
IR e CSLL a recuperar		(25.011)	13.863
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL		(8.146)	(316)
Depósitos judiciais		(865)	(817)
Despesas pagas antecipadamente		(7.299)	(5.272)
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros		69.885	(52.031)
Benefício pós-emprego e outros benefícios		102	(305)
Outros ativos		(19.404)	(28.420)
		(14.025)	(115.487)
Fornecedores		(19.518)	49.725
Salários e encargos a pagar		(2.622)	16.841
Encargos de dívidas e derivativos pagos e liquidação de instrumentos financeiros		, ,	
derivativos		(78.051)	(92.403)
Encargos setoriais		(6.246)	(44)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos		(34.813)	(10.448)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL		33.762	(9.132)
Indenizações e contingências pagas		(7.050)	(11.271)
Benefício pós-emprego e outros benefícios		(1.221)	1.177
Outros passivos		4.952	5.332
		(110.807)	(50.223)
Fluxo de caixa oriundo/(consumido) das atividades operacionais		222.422	102.436
Fluxo de caixa das atividades de investimento Aquisição de intangível		(340.251)	(296.601)
Resgate/Aplicação em títulos e valores mobiliários		1.059	238.882
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	-	(339.192)	(57.719)
Fluve de seive des etividades de financiaments		(/	(
Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos		398.805	115.979
Captação de debêntures		130.000	582.815
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(289.171)	(231.024)
Amortização do principal de debêntures		(100.000)	(201.024)
Pagamentos de custos de captação		(980)	(1.434)
_ •		(3.594)	2.248
Depositos em garantias		10.877	12.664
Depósitos em garantias Obrigações especiais		(83.518)	(187.790)
Obrigações especiais Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio			
Obrigações especiais		62.419	293.458
Obrigações especiais Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		62.419	
Obrigações especiais Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		62.419 (54.351)	338.175
Obrigações especiais Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		62.419 (54.351) 348.047	338.175 9.872
Obrigações especiais Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes no início do exercício		62.419 (54.351)	338.175

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	_	2018	2017
Receitas			(Reclassificado)
Vendas brutas de energia, serviços e outros		3.477.514	3.176.583
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa		(12.371)	(712)
		3.465.143	3.175.871
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	(*)	(1.252.051)	(1.253.725)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*)	(178.014)	(98.063)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*)	(517.541)	(431.452)
		(1.947.606)	(1.783.240)
Valor adicionado bruto		1.517.537	1.392.631
Amortização	(*)	(82.976)	(75.091)
Valor adicionado líquido		1.434.561	1.317.540
Valor adicionado recebido em transferência	(+)	404.050	000.070
Receitas financeiras	(*)	484.956	226.876
Valor adicionado total a distribuir		1.919.517	1.544.416
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal		47.000	00.000
Remunerações		47.822	63.336
Encargos sociais (exceto INSS) Auxílio alimentação		9.683 6.364	12.921 9.618
Previdência privada e outros benefícios		6.848	(2.164)
Despesas com desligamento		6.103	2.737
Férias e 13º salário		11.139	14.663
Plano de saúde		6.326	5.258
Participação nos resultados		14.345	16.651
Administradores		1.943	3.982
(-) Transferência para ordens		(17.693)	(12.725)
Outros		` 665	2.352
Subtotal		93.545	116.629
Impostos, taxas e contribuições			
INSS		15.362	12.329
ICMS		593.859	532.529
PIS/COFINS		149.254	162.276
Imposto de renda e contribuição social		48.993	41.857
Obrigações intra-setoriais		201.661	200.157
Outros		3.253	2.154
Subtotal Remuneração de capitais de terceiros		1.012.382	951.302
Remuneração de capitais de terceiros Juros e variações monetárias e cambiais		570.794	287.200
Aluguéis		1.114	1.007
Subtotal		571.908	288.207
Remuneração de capitais próprios		371.300	200.207
Juros sobre capital próprio		53.727	55.364
Dividendos distribuídos			54.285
Dividendos adicionais propostos		143.778	60.530
Reserva de incentivo fiscal – SUDENE		31.161	18.099
Adoção inicial CPC 48/IFRS 9		13.016	
Subtotal		241.682	188.278
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	_	1.919.517	1.544.416
* Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS			

^{*} Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Natal - Rio Grande do Norte - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) e controlada pela Neoenergia S/A ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte abrangendo uma área de concessão de 53 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão n°08 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS" - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - ("IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira e são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 27 de estimativa de valor justo.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados, vide nota explicativa 21 (a) e 21 (c) respectivamente;
- (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE, vide nota explicativa 21 (b);
- (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa 9;
- (iv) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor, vide notas explicativas 11 e 12;
- (v) a análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa 6;
- (vi) a definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa 27;
- (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa 18;
- (viii) reconhecimento dos valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros, vide nota explicativa 10; e
- (ix) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões, vide nota explicativa 29.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por Meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") ou ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e
- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de capital e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e
- ao VJR, e nesta categoria como:
 - mantidos para negociação;
 - instrumentos derivativos de hedge; ou
 - designado ao VJR.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.			
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.			
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.			
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.			

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação de saldos ("offsetting")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge ("hedge accounting")

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas especificas no patrimônio líquido.

Política aplicável após 1º de janeiro de 2018

No início de relacionamentos de *hedge* designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A política aplicada nas informações comparativas apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é semelhante à aplicada em 2018. No entanto, para todos os *hedges* de fluxo de caixa, os valores acumulados em ORA foram reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o fluxo de caixa futuro esperado protegido por *hedge* afetou o resultado.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

c) Contrato de concessão de serviços públicos

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Cosern, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Clientes, que fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (i) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (ii) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

e) Subvenções governamentais

São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como "Outras Receitas", em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "Outras Receitas" em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas.

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás.

f) Valores a compensar/(repassar) da parcela A

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

g) Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

h) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE.O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

k) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na Nota 2.6. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 26.

I) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 2.6.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

m) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

n) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

o) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

p) Informação por segmento

A Companhia possui apenas um segmento, o de distribuição de energia, portanto a Companhia não apresenta informações segmentadas em nota específica.

2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

I – Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

A Companhia é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecido aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. As informações sobre os indicadores de performance e o referido impacto contábil após a adoção do CPC 47 / IFRS 15 é como segue apresentado abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Tipo de produto / serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento de receita de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)	Reconhecimento de receita sob o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)
Receitas de uso da rede de distribuição (TUSD)	Indicadores de continuidade de serviços individuais. Descumpridos os indicadores, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de penalidades que são descontadas na fatura de consumo de energia.	A receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Portanto, as penalidades devem ser contabilizadas como redutoras da TUSD.	A receita deve ser reconhecida a valor justo, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações. Portanto, as penalidades eram contabilizadas como despesa operacional.

A Companhia adotou a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado.

A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas.

Os impactos da adoção do IFRS 15 na Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2018 estão abaixo apresentados:

	Ref.	Saldo reportado em 2018	Ajustes CPC 47/IFRS 15	Saldos sem adoção do CPC 47/IFRS 15
Receita líquida	(a)/(b)	2.396.875	964	2.397.839
Custo do serviço	(b)	(1.829.271)	(4.310)	(1.833.581)
Despesa com vendas	(a)	(54.376)	3.346	(51.030)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas		(133.355)	-	(133.355)
Resultado financeiro		(89.198)	-	(89.198)
Imposto de renda e contribuição social		(48.993)	-	(48.993)
Lucro líquido do exercício		241.682		241.682

- (a) Valor total da receita não reconhecida de contratos com clientes que apresentem longo histórico de inadimplência.
- (b) Valor total de penalidades contabilizado como redução da TUSD.

II – Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – Financial Instruments)

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas como lucros acumulados.

Classificação e Mensuração – Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA),e (iii) mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e depósitos bancários à vista Certificado de Depósito Bancário (CDB) Fundos de Investimentos	VJR VJR VJR	VJR Custo amortizado VJR	13.948 1.018 333.081
Títulos e valores mobiliários: Certificado de Depósito Bancário (CDB) Fundos de Investimentos	VJR VJR	Custo amortizado VJR	2.125 341
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	541.631
Concessão do Serviço Público - Indenização	Disponível para venda	VJR	821.864
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	32.732
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	94.589
Total de ativos financeiros			1.841.329
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	260.015
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	334.775
Empréstimos e financiamentos	VJR	VJR	480.152
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	695.908
Debêntures	VJR	VJR	-
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	14.191
Total de passivos financeiros			1.785.041

Contabilidade de hedge (Hedge Accounting)

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, e optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

Os novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9 asseguram um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*, em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

A Companhia já utilizava a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da Companhia (Real), em contratos de derivativos para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

A adoção desta norma não gerou nenhum impacto para a Companhia.

• Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas considerando a abordagem simplificada, baseada nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas esperadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito calculada a partir da análise histórica de perdas dos últimos 24 meses, para todas as classes de consumo e todas as faixas do "aging list". A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

 Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018 – Diferenças reconhecidas em lucros acumulados

Em R\$ mil	Impairment adicional
Contas a receber de clientes e outros	(19.722)
Impostos diferidos	6.706
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	(13.016)

III – Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

(i) IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS's e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com a IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

(a) Imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição;

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na nota explicativa 14.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

	Saldos em		
	1º de janei	iro de 2019	
Em R\$ mil	Ativo	Passivo	
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	988	988	

(ii) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax *Treatments*)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa nova norma.

(iii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações a diversos pronunciamentos contábeis.	 Alterações em função da edição do CPC 06 (R2); Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano; Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa; Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017; Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS. 	1º de janeiro de 2019
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies) e ICPC 23 – Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies)	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria (IAS 26 – Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans)	Este pronunciamento técnico estabelece os princípios aplicados nas demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria. Os planos de benefícios de aposentadoria algumas vezes são referidos por vários outros nomes, tais como "planos de benefício previdenciário", "planos de pensão", "planos de aposentadoria" ou "planos de benefício de aposentadoria". Este pronunciamento considera um plano de benefícios de aposentadoria como a entidade que reporta separada dos empregadores/instituidores dos participantes no plano. Todos os outros pronunciamentos emitidos pelo CPC se aplicam às demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria na medida em que não forem substituídos por este pronunciamento.	1º de janeiro de 2019
IFRS 9 – Financial Instruments	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 – Investments in Associates and Joint Ventures	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e <i>joint ventures</i> .	1º de janeiro de 2019
IAS 19 – Employee Benefits	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Conceptual Framework in IFRS Standards	Aditivos para correção de referências do Conceptual Framework in IFRS Standards.	1º de janeiro de 2020
IFRS 17 - Insurance Contracts	Alterações ao pronunciamento técnico para aprimoramento de dispositivos sobre aspectos diversos de contabilização e divulgação de empresas seguradoras.	1º de janeiro de 2021
IFRS 10 – Consolidated Financial Statements e IAS 28 –Investments in Associates and Joint Ventures	Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Disponível para adoção opcional. Data efetiva para adoção adiada indefinidamente

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", procedeu a reclassificações, de forma retrospectiva, no seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do valor adicionado e demonstração do fluxo de caixa, autorizado pela Administração em 16 de fevereiro de 2018.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido, do lucro líquido do exercício e da demonstração do resultado abrangente.

Em consonância com o "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", os ajustes efetuados foram classificados nas seguintes categorias:

- Mudança nas politicas contábeis;
- Mudança nas estimativas contábeis; e
- Retificação de erro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

3.1. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017.

	Ref.	2017	Reclassificações	2017
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Ativo Circulante				
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(a)	3.898	(3.898)	-
Outros ativos circulantes	(a)	9.824	3.898	13.722
Demais ativos circulantes não impactados		895.043	-	895.043
Total do Ativo Circulante		908.765	-	908.765
Ativo não Circulante				
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(a)	10.210	(7.246)	2.964
Outros ativos não circulantes	(a)	-	7.246	7.246
Demais ativos não circulantes não impactados		1.946.518	-	1.946.518
Total do Ativo Não Circulante		1.956.728	-	1.956.728
Total do Ativo		2.865.493	-	2.865.493
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.865.493	-	2.865.493

- (a) Reclassificação dos saldos a receber das fundações que estava contabilizado na rubrica de benefício pós-emprego para outros ativos circulantes, no montante de R\$ 3.898 e para outros ativos não circulantes no montante de R\$ 7.246. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- 3.2. Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2017.

	Ref.	2017	Reclassificações	2017
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Receita líquida	(a) / (b)	2.160.031	10.490	2.170.521
Custo dos serviços	(b) / (c)	(1.751.744)	(8.526)	(1.760.270)
Despesas com vendas		(54.047)	-	(54.047)
Outras receitas / (despesas) gerais e	(a) / (c)			
administrativas		(61.064)	(1.964)	(63.028)
Resultado Financeiro		(63.041)	-	(63.041)
Imposto de renda e contribuição social		(41.857)		(41.857)
Lucro líquido do exercício		188.278		188.278

- (a) Reclassificação ICMS sobre material, de deduções da receita para material (outras receitas/(despesas) gerais e administrativas), no montante de R\$ 583. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (b) Reclassificação Proinfa, segregação entre mercado cativo e livre, de deduções da receita para custos com energia elétrica (custo dos serviços), no montante de R\$ 9.907. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (c) Reclassificação outras despesas operacionais perda, de custo dos serviços para outras receitas/(despesas) gerais e administrativas, no montante de R\$ 1.381. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

3.3. Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017.

	Ref.	2017	Reclassificações	2017
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Lucro do exercício antes dos	(a)	230.135	(230.135)	-
Lucro líquido do exercício	(a)	-	188.278	188.278
Ajustes para conciliar o lucro ao	(a)/(b)/			
caixa oriundo das atividades	(c)/(d)	49.487	30.381	79.868
Redução (aumento) dos ativos	(a)/(c)	(113.403)	(2.084)	(115.487)
Aumento (redução) dos passivos	(a)/(e)	(51.854)	1.631	(50.223)
Caixa oriundo das atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de		114.365	(11.929)	102.436
investimento		(57.719)	-	(57.719)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(b)/(d)/ (e)	281.529	11.929	293.458
Aumento no caixa e equivalentes				
de caixa		338.175		338.175

- (a) Reclassificação dos saldos do lucro do exercício antes dos impostos para lucro líquido do exercício R\$ 41.857, gerando impactos nos grupos de ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais R\$ 35.194, aumento (redução) dos ativos operacionais R\$ 3.785 e aumento (redução) dos passivos operacionais R\$ 10.448. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil.
- (b) Reclassificação dos saldos de depósitos em garantia de Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais para fluxo de caixa das atividades de financiamento, no montante de R\$ 2.248. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (c) Reclassificação dos juros Selic de impostos e contribuições a recuperar (fluxo de caixa das atividades operacionais) para encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais (Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais), no montante de R\$ 1.701. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (d) Reclassificação do custo de transação da atividade de financiamento para encargo da dívida (Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais)no montante de R\$ 864. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (e) Reclassificação do pagamento de custo de captação, da amortização do principal de empréstimos e financiamentos e debêntures (Fluxo de caixa das atividades de financiamento) para encargos de dívidas e derivativos pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Fluxo de caixa das atividades operacionais), no montante de R\$ 8.817. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

3.4. Demonstração do valor adicionado findo em 31 de dezembro de 2017.

	Ref.	2017	Reclassificações	2017
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Valor adicionado líquido	(a) / (b)	1.328.030	(10.490)	1.317.540
Valor adicionado recebido em transferência		226.876		226.876
Valor adicionado total a distribuir		1.554.906	(10.490)	1.544.416
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal		116.629	-	116.629
Impostos, Taxas e Contribuições	(a) / (b)	961.792	(10.490)	951.302
Remuneração de Capitais de Terceiros		288.207	-	288.207
Remuneração de Capitais Próprios		188.278		188.278
Valor adicionado distribuído		1.554.906	(10.490)	1.544.416

- (a) Reclassificação ICMS sobre material, de deduções da receita para material (outras receitas/(despesas) gerais e administrativas), no montante de R\$ 583. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (b) Reclassificação Proinfa, segregação entre mercado cativo e livre, de deduções da receita para custos com energia elétrica (custo dos serviços), no montante de R\$ 9.907. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

(i) Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de bandeiras tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as empresas devedoras passaram a aportar na CCRBT apenas as receitas excedentes. Já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

Atualmente existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$50/MWh, amarela, com acréscimo de R\$10/MWh e verde, sem acréscimo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Nos doze meses de 2018 e 2017, vigorou as bandeiras tarifárias seguintes:

	Cor da bandeira			
	2018	2017		
Jan	Verde	Verde		
Fev	Verde	Verde		
Mar	Verde	Amarela		
Abr	Verde	Vermelha Patamar 1		
Mai	Amarela	Vermelha Patamar 1		
Jun	Vermelha Patamar 2	Verde		
Jul	Vermelha Patamar 2	Amarela		
Ago	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1		
Set	Vermelha Patamar 2	Amarela		
Out	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 2		
Nov	Amarela	Vermelha Patamar 2		
Dez	Verde	Vermelha Patamar 1		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 102.665 (R\$ 93.183 em 31 de dezembro de 2017) de bandeira tarifária, sendo que deste montante, R\$ 3.314 (R\$ 23.257 repassados em 31 de dezembro de 2017) foram recebidos para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias — CCRBT , criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica -CCEE.

(ii) Decreto nº 9.642/2018 - Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

(iii) Sobrecontratação de energia

De acordo com o modelo regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar a sobrecontratação.

(iv) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada — CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária do exercício de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 9.093 por mês, estabelecendo o repasse à CCEE no período de abril de 2015 até março de 2021.Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que atualiza para a Companhia o valor de incremento na tarifa para R\$ 6.982 por mês, com vigência de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 9.093 com vigência de abril de 2018 a março de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 102.781 (R\$ 90.120, em 31 de dezembro de 2017).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

(v) Revisão Tarifária Periódica - RTP 2018

A ANEEL aprovou em 17 de abril de 2018, a Revisão Tarifária Periódica da Cosern, com vigência a partir de 22/04/18, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.386/2018. A revisão tarifária da Cosern irá trazer um reajuste nas tarifas de 14,94%, sendo 10,80% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 4,13% relativos aos componentes financeiros, com efeito médio para os consumidores de 15,61%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste vai ficar em 17,47%, enquanto para os da baixa tensão, ficará em 14,88%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

(vi) Base de Remuneração Regulatória (BRR)

O processo de Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após o período de cinco anos de investimentos realizados pela companhia (período esse definido como Ciclo Incremental), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No momento da Revisão Tarifária Periódica será definida a remuneração adequada sobre os investimentos realizados pela empresa no Ciclo Incremental. É quando a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL avalia os custos incorridos pela concessionária no sentido de identificar se foram prudentes e eficientes, conforme os critérios definidos pela própria agência, para manter/melhorar a concessão do serviço público de energia elétrica.

Pode ser que quando do processo de Revisão Tarifária Periódica os custos regulatórios definidos pela ANEEL sejam maiores ou menores do que aqueles praticados pela distribuidora. Nesse sentido, a concessionária pode ter um ganho ou uma perda no processo de Revisão Tarifária Periódica.

No Ciclo de Revisão Tarifária Periódica que a Cosern acabou de passar (novembro 2012 a outubro 2017) os investimentos realizados pela companhia foram reconhecidos pela ANEEL como sendo maiores do que os custos praticados pela empresa. Com isso, o Valor Novo de Reposição – VNR quando comparado com o Valor Original Contábil – VOC representou um ganho de 17,92%.

O resultado da Revisão Tarifária Periódica tem reflexo direto no Ativo Financeiro da concessão no sentido de que o cálculo do valor dos investimentos ainda não amortizados, para fins de indenização, utiliza a metodologia do VNR aplicado sobre o saldo residual dos Ativos Fixos ao final do prazo contratual da concessão. Em decorrência do reconhecimento pela ANEEL dos investimentos realizados no ciclo incremental a companhia registrou um ganho de R\$ 61.279 de Ativo Financeiro no resultado de 2018, nota explicativa 11.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Ref.</u>	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e depósitos bancários à vista		16.523	13.948
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		198.397	1.018
Fundos de investimentos	(a)	78.776	333.081
Total de caixa e equivalentes de caixa		293.696	348.047

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

(a) Fundos de investimentos de caixa e equivalente de caixa

Carteira (caixa e equivalente de caixa)	2018	2017
BB TOP curto prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	32.385	146.591
Títulos públicos	1.349	4.534
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	32	100
BB Polo 28 FI renda fixa	33.766	151.225
Compromissadas com lastro de títulos públicos	20.934	158.794
Bradesco FI RF referenciado DI Recife	20.934	158.794
Itaú curto prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	5.649	2.040
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	13.947	
Itaú Salvador renda fixa curto prazo FI	19.596	2.040
Compromissadas com lastro de títulos públicos	4.480	21.022
Santander Natal renda fixa curto prazo DE FI	4.480	21.022
Total CEC – Fundos exclusivos	78.776	333.081

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	2018	2017
Consumidores	(a)	555.141	544.857
Comercialização de energia na CCEE	(b)	23.541	26.539
Disponibilização sistema de distribuição		10.885	7.631
Terceiros		10.875	7.618
Partes relacionadas		10	13
Serviços prestados a terceiros		1.195	1.183
Serviços taxados e administrativos		2.265	2.181
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	22.580	23.487
Outros créditos de terceiros		16.045	14.712
(-) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de			
Liquidação Duvidosa – PPECLD	(d)	(98.827)	(78.959)
Total		532.825	541.631
Circulante	•	382.974	385.499
Não circulante		149.851	156.132

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

(a) Consumidores

		Saldos ve	encidos	Total		PPECLD	LD
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Acima de 90 dias	2018	2017	2018	2017
Setor privado							
Residencial	38.581	65.812	21.966	126.359	112.830	(17.392)	(18.371)
Industrial	25.825	3.896	7.613	37.334	36.049	(18.410)	(18.709)
Comercial	39.179	16.381	8.690	64.250	58.684	(7.560)	(5.159)
Rural	11.203	8.697	8.353	28.253	25.928	(7.322)	(5.784)
	114.788	94.786	46.622	256.196	233.491	(50.684)	(48.023)
Setor público							
Federal	4.623	52	151	4.826	4.979	(146)	(321)
Estadual	112.543	5.039	1.582	119.164	132.251	(18.741)	(49)
Municipal	44.302	4.755	20.138	69.195	71.443	(24.086)	(25.254)
	161.468	9.846	21.871	193.185	208.673	(42.973)	(25.624)
Iluminação pública	5.359	1.513	2.210	9.082	10.454	(2.028)	(799)
Serviço público	10.796	1.344	4.311	16.451	14.723	(991)	(920)
Fornecimento não faturado	80.227	-	-	80.227	77.516	(212)	-
Total	372.638	107.489	75.014	555.141	544.857	(96.888)	(75.366)
Circulante				426.313	409.146	(96.888)	(75.366)
Não circulante				128.828	135.711		-

As contas a receber de consumidores no ativo não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados *pró-rata temporis*.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Do total a receber junto a CCEE, o montante de R\$ 17.020 (R\$ 17.020 em 2017), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica, de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos e em recentes negociações para liquidação do saldo devedor, reavaliou sua estimativa quanto ao risco de não recebimento do crédito em atraso e reverteu a provisão para créditos de liquidação duvidosa anteriormente constituída.

(c) Subvenções/subsídios governamentais

(c.1) Baixa renda – tarifa social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 12.182 e refere-se aos meses de novembro e dezembro de 2018 (R\$ 11.770 em 31 de dezembro de 2017).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

(c.2) CDE:

Em 17 de abril de 2018, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.386/2018, aprovando o valor mensal de R\$ 8.988 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2018 a março de 2019

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 10.398 (R\$ 11.717 em 31 de dezembro de 2017), e corresponde às quotas dos meses de novembro e dezembro.

(d) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PPECLD

	Consumidores	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2017	(71.447)	(13.099)	(2.057)	(86.603)
Adições	(29.843)	-	(1.536)	(31.379)
Reversões	17.215	13.099	-	30.314
Baixa para perdas (incobráveis)	8.709	-	-	8.709
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(75.366)	-	(3.593)	(78.959)
Adoção inicial CPC 48 (i)	(19.764)	-	42	(19.722)
Adições	(38.138)	-	(429)	(38.567)
Reversões	27.840	-	2.041	29.881
Baixa para perdas (incobráveis)	8.540	-		8.540
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(96.888)		(1.939)	(98.827)

(i) A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 2.6.

Em 2018 a PPECLD foi constituída considerando como premissa o agrupamento de clientes com características similares de risco de crédito, baseada no histórico de comportamento de pagamento dentro de cada faixa de atraso do débito e classe de consumo.

No critério geral é aplicada uma matriz de risco de inadimplência com percentuais que refletem a experiência de perda de crédito histórica, idade de vencimento das faturas, inclusive faturas a vencer, segregados por parâmetros de: (i) classe de consumo, (ii) créditos parcelados, e (iii) não faturados e os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

Além do critério geral, é realizada uma análise individualizada devido ao comportamento específico de determinados clientes em função do risco de crédito de clientes que estão em trâmite judicial e clientes com faturamentos relevantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Ref.	Tipo de Aplicação	2018	2017
Aplicações Financeiras				
Banco do Brasil		Fundo	-	341
Banco Itaú		CDB	-	1
Banco Bradesco		LFT	-	9
Outros Bancos		CDB	<u> </u>	2.115
			-	2.466
Aplicações Financeiras Vinculadas	(a)			
Santander FIC FI Natal Renda Fixa Referenciado DI		Fundo	1.715	-
			1.715	-
		_	4.745	0.466
TOTAL			1.715	2.466

⁽a) Referem-se, basicamente, a contas reservas constituídas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2018, as garantias estavam 100% constituídas.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	2018	2017
Imposto de Renda – IR Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	(a) (a)	40.239 6.221	15.375 4.674
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS Programa de Integração Social – PIS	(b)	50.460 983	44.255 535
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	4.417	2.582
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS Imposto sobre Serviços – ISS		346 592	618 572
Total		103.258	68.611
Circulante		71.955	41.920
Não circulante		31.303	26.691

- (a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos exercícios corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC.
- (b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 50.460 (R\$ 44.255 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional.
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social diferido	(a)	(17.802)	(19.902)
Diferido ativo		76.604	41.345
Diferido passivo		(94.406)	(61.247)
Benefício fiscal da mais-valia e reversão da Provisão da			
Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	(b)	50.073	56.913
Total	· -	32.271	37.011

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou o diferido sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 25% e a CSLL está constituída à alíquota de 9%.

Ativo (F	'assivo)	liquido
----------	----------	---------

	201	8	2017		
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	
Imposto de Renda					
Diferenças temporárias	(52.358)	(13.090)	(58.534)	(14.634)	
	(52.358)	(13.090)	(58.534)	(14.634)	
Contribuição Social					
Diferenças temporárias	(52.358)	(4.712)	(58.534)	(5.268)	
	(52.358)	(4.712)	(58.534)	(5.268)	
Total		(17.802)		(19.902)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	20	2018		17
	IR	CSLL	IR	CSLL
Ativo				
Provisão para perdas esperadas de créditos de				
liquidação duvidosa	51.488	51.488	9.673	9.673
Provisão contingências	103.079	103.079	38.469	38.469
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	12.765	12.765	12.190	12.190
Receita de ultrapassagem	47.363	47.363	46.833	46.833
Energia Livre	8.292	8.292	7.255	7.255
Valor justo de derivativos financeiros	35	35	-	-
Outros	220	220	5.083	5.083
Total ativo	225.341	225.341	121.602	121.602
Passivo (-)				
Valor justo de derivativos financeiros	-	-	(67)	(67)
Diferença valor justo ano corrente e valor justo na				
adoção inicial	(211.281)	(211.281)	(120.591)	(120.591)
Ajuste da quota anual de amortização	(21.653)	(21.653)	(18.611)	(18.611)
Capitalização/(amortização) juros (IFRS)	(33.657)	(33.657)	(27.423)	(27.423)
Superávit plano previdenciário	(9.343)	(9.343)	(3.840)	(3.840)
Custo de captação	(1.765)	(1.765)	(9.604)	(9.604)
Total passivo	(277.699)	(277.699)	(180.136)	(180.136)
	(50.050)	<u></u>	/== == ··	(50.50.00
Total líquido	(52.358)	(52.358)	(58.534)	(58.534)

Os estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração em 19 de dezembro de 2018 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 03 de dezembro de 2018, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018		2017	,	
	IR	CSLL	IR	CSLL	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	290.675	290.675	230.135	230.135	
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	72.669	26.161	57.534	20.712	
Efeito das adições/(exclusões) no cálculo do tributo	(50.207)	(6.470)	(36.793)	(6.730)	
Diferenças permanentes	(13.197)	(4.750)	(13.448)	(4.842)	
Incentivos fiscais e outros	(31.981)	91	(18.099)		
Imposto de renda e contribuição social no resultado	27.491	21.502	25.987	15.870	
Corrente	19.045	18.462	108	6.555	
Recolhidos e pagos	16.478	18.335	4.034	6.414	
Compensados e deduzidos	2.651	165	6.510	1.183	
Impostos antecipados a recuperar	(84)	(38)	(10.436)	(1.042)	
Diferido	8.446	3.040	25.879	9.315	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	27.491	21.502	25.987	15.870	
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	9,46%	7,40%	11,29%	6,90%	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Corrente	(37.507)	(6.663)
Diferido	(4.646)	(28.060)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(6.840)	(7.134)
Imposto de renda e contribuição social do execício	(48.993)	(41.857)

(b) Benefício fiscal - mais-valia incorporado

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL).

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com a mais-valia incorporada, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

Ágio – incorporado	638.018
Provisão constituída	(421.092)
Benefício fiscal	216.926
Amortização acumulada	(470.626)
Reversão acumulada	310.613
Saldos em 31 de dezembro de 2017	56.913
Amortização	(20.117)
Reversão	13.277
Saldos em 31 de dezembro de 2018	50.073

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores
2019	0,03022	2024	0,02442
2020	0,02907	2025	0,02336
2021	0,02784	2026	0,02235
2022	0,02666	2027	0,02140
2023	0,02551		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

10. VALORES A COMPENSAR/(REPASSAR) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstrada a seguir:

		2018						
		Circulante						
	Ref.	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total líquido
CVA								
Energia	(a)	169.047	-	169.047	33.210	(7.386)	25.824	194.871
Encargo de Serviço Sistema - ESS	(b)	-	(67.996)	(67.996)	-	(12.443)	(12.443)	(80.439)
TUST		9.185	-	9.185	1.694	(3.400)	(1.706)	7.479
Neutralidade dos encargos setoriais		3.101	(317)	2.784	178	(105)	73	2.857
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		2.626	(6.908)	(4.282)	875	-	875	(3.407)
Outras CVA's		200	-	200	-	-	-	200
Outros Itens Financeiros								
Revisão Tarifária		1.122	-	1.122	-	-	-	1.122
Repasse de sobrecontratação	(c)	-	(7.594)	(7.594)	-	(217)	(217)	(7.811)
Risco hidrológico	(d)	-	(35.265)	(35.265)	-	(5.978)	(5.978)	(41.243)
Efeito das recontabilizações Ultrapassagem de		-	(599)	(599)	-	-	-	(599)
Demanda/Excedente Reativo		-	-	-	-	(18.475)	(18.475)	(18.475)
Ressarcimento P&D		-	(4.425)	(4.425)	-	-	-	(4.425)
Outros itens financeiros		4.870	(61)	4.809	2.088	(1.249)	839	5.648
		190.151	(123.165)	66.986	38.045	(49.253)	(11.208)	55.778

		2017						
		Circulante						
	Ref.	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total líquido
CVA								
Energia	(a)	153.961	(11.522)	142.439	51.320	(6.940)	44.380	186.819
Encargo de Serviço Sistema - ESS	(b)	-	(62.852)	(62.852)	-	(17.151)	(17.151)	(80.003)
TUST		8.189	-	8.189	2.651	(3.195)	(544)	7.645
Neutralidade dos encargos setoriais		4.582	(4.470)	112	1.527	-	1.527	1.639
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		-	(15.292)	(15.292)	-	(5.053)	(5.053)	(20.345)
Outras CVA's		-	(353)	(353)	1.705	(1.173)	532	179
Outros Itens Financeiros								
Repasse de sobrecontratação	(c)	-	(18.156)	(18.156)	-	(5.557)	(5.557)	(23.713)
Risco hidrológico	(d)	-	(38.385)	(38.385)	-	-	-	(38.385)
Ultrapassagem de Demanda/Excedente Reativo		-	-	-	-	(2.552)	(2.552)	(2.552)
Outros itens financeiros		1.211	(28)	1.183	265		265	1.448
		167.943	(151.058)	16.885	57.468	(41.621)	15.847	32.732

A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldos iniciais	32.732	(70.035)
Constituição ativa (passiva)	85.397	55.310
Reversão (amortização)	(69.885)	52.031
Remuneração financeira setorial	7.534	(4.574)
Saldos finais ativo (passivo)	55.778	32.732

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

(a) Energia

A Companhia apurou a CVA de Energia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 194.871 (R\$ 186.819 em 31 de dezembro de 2017), decorrente dos custos incorridos acima da cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(b) Encargo de Serviço Sistema - ESS

A Companhia apurou a CVA de ESS/EER, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 80.439 (R\$ 80.003 em 31 de dezembro de 2017), decorrente dos custos incorridos abaixo da cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(c) Repasse de sobrecontratação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu um ajuste financeiro ativo atualizado de sobrecontratação no valor total de R\$ 7.811 (R\$ 23.713 em 31 de dezembro de 2017) de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(d) Risco hidrológico

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantém um componente financeiro de Risco Hidrológico passivo total atualizado de R\$ 41.243 (R\$ 38.385 em 31 de dezembro de 2017) decorrente da constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 796/2017, em resultado à Audiência Pública 004/2017, e da amortização do saldo homologado pela ANEEL no processo tarifário em 2018.

11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

	Ret.	2018	2017
Saldos iniciais		821.864	624.881
Baixas		(2.178)	(1.253)
Reversão		` -	(246)
Transferências do ativo intangível	(a)	161.964	140.355
Valor de reposição estimado da concessão	(b)	90.690	58.127
Saldos finais	<u> </u>	1.072.340	821.864
	_		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

- (a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.
- (b) Impactado pelo ganho obtido do laudo de Revisão do 4º Ciclo, no montante de R\$ 61.279, vide nota explicativa 4 (v).

O valor reconhecido do ativo financeiro, as alterações no valor justo e taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos na Companhia.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão da outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogada a exclusivo critério do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses previstas, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

			2017			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor Iíquido
Em serviço Direito de uso da concessão	4,22%	1.655.120	(875.881)	(110.742)	668.497	638.501
Em curso Direito de uso da concessão Total		297.177 1.952.297	(875.881)	(1.055) (111.797)	296.122 964.619	223.323 861.824

De acordo com o Decreto nº 41.019, de 26 de feverei ro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. Em 31 de dezembro de 2018, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 10.652 (R\$ 15.425 em 31 de dezembro de 2017) cuja taxa média mensal de capitalização utilizada foi de 0,58%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

		Em serviço			Em curso				
			Amortização	Obrigações	Valor		Obrigações	Valor	
	Ref.	Custo	acumulada	especiais	líquido	Custo	especiais	Líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017		1.487.150	(769.758)	(106.048)	611.344	208.924	(38.882)	170.042	781.386
Adições		-	-	-	-	312.026	(12.664)	299.362	299.362
Baixas		(54.539)	43.100	-	(11.439)	(8.067)	-	(8.067)	(19.506)
Amortizações		-	(83.941)	8.850	(75.091)	-	-	-	(75.091)
Transferências Transferências para ativos		138.749	-	(20.276)	118.473	(138.749)	20.276	(118.473)	-
financeiros	(a)	(533)	-	-	(533)	(171.463)	31.641	(139.822)	(140.355)
Transferências - Outros	(b)	(4.106)		(147)	(4.253)	21.256	(975)	20.281	16.028
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.566.721	(810.599)	(117.621)	638.501	223.927	(604)	223.323	861.824
Adições		-	-	-	-	350.903	(10.877)	340.026	340.026
Baixas		(39.984)	28.378	-	(11.606)	(741)	-	(741)	(12.347)
Amortizações		-	(93.660)	10.684	(82.976)	-	-	-	(82.976)
Transferências Transferências para ativos		124.744	-	(3.805)	120.939	124.744)	3.805	(120.939)	-
financeiros	(a)	(656)	-	-	(656)	(167.929)	6.621	(161.308)	(161.964)
Transferências – Outros	(b)	4.295			4.295	15.761		15.761	20.056
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.655.120	(875.881)	(110.742)	668.497	297.177	(1.055)	296.122	964.619

- (a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.
- (b) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

As adições de obrigação especial decorrem da celebração de contratos de confissão de dívida e reconhecimento de débito com a Eletrobrás, a título de restituição dos valores apurados pelo processo de encerramento dos contratos de financiamento e concessão de subvenção do programa luz para todos, com recursos oriundos da conta de desenvolvimento energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à reserva global de reversão (RGR).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

13. FORNECEDORES

	2018	2017
Energia elétrica	120.968	179.974
Terceiros	113.114	174.594
Partes relacionadas	7.854	5.380
Encargos de uso da rede	26.601	23.165
Terceiros	26.311	22.842
Partes relacionadas	290	323
Materiais e serviços	74.348	39.332
Energia livre	18.580	17.544
Total	240.497	260.015
Circulante	221.917	242.471
Não circulante	18.580	17.544

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

			2017	
Empréstimos e financiamentos	Dívida	Instrumentos financeiros derivativos	Total	Total (*)
Moeda nacional				
BANCO DO BRASIL	57.441	-	57.441	76.630
BNB	-	-	-	9.836
BNDES	227.093	-	227.093	236.471
CEF	10.311	-	10.311	11.799
FINEP	1.461	-	1.461	2.520
(-) Custos de transação	(221)	-	(221)	(349)
(-) Depósitos em garantia	(5.725)		(5.725)	(2.132)
Total moeda nacional	290.360	<u>-</u>	290.360	334.775
Moeda nacional - circulante	72.825	-	72.825	83.556
Moeda nacional - não circulante	217.535	-	217.535	251.219
Moeda estrangeira				
ITAÚ	228.355	(17.732)	210.623	203.620
CITIBANK	-	-	-	196.134
Scotia Bank	369.615	(13.110)	356.505	-
Opções		(427)	(427)	_
Non Deriverable Forward – NDF	_	4	4	_
Total moeda estrangeira	597.970	(31.265)	566.705	399.754
Moeda estrangeira - circulante	108.156	3.473	111.629	198.749
Moeda estrangeira - não circulante	489.814	(34.738)	455.076	201.005
Total empréstimos e financiamentos	888.330	(31.265)	857.065	734.529
·		, ,		
Empréstimos e financiamentos - circulante	180.981	3.473	184.454	282.305
Empréstimos e financiamentos - não circulante	707.349	(34.738)	672.611	452.224
Debêntures				
6ª, 7ª e 8ª emissão	768.623	(25.052)	743.571	705.162
(-) Custos de transação	(1.543)	-	(1.543)	(9.254)
Total debêntures	767.080	(25.052)	742.028	695.908
Debêntures – Circulante	12.878	1.015	13.893	110.182
Debêntures - Não circulante	754.202	(26.067)	728.135	585.726
Endividamento total	1.655.410	(56.317)	1.599.093	1.430.437
Endividamento total - circulante	193.859	4.488	198.347	392.487
Endividamento total - não circulante	1.461.551	(60.805)	1.400.746	1.037.950

^(*) Total líquido de instrumentos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

_	Fluxo de caixa			Alterações			
	2017	Captações	Amortizações de principal	Pagamento de juros	Pagamento de custo de captação	em não caixa (*)	2018
Empréstimos e financiamentos	734.529	398.805	(289.171)	(37.754)	(299)	50.955	857.065
Debêntures	695.908	130.000	(100.000)	(40.297)	(681)	57.098	742.028
	2016	Captações	Amortizações de principal	e Pagamento de juros	Pagamento de custo de captação	e Alterações em não caixa (*)	2017
Empréstimos e financiamentos	845.145	115.979	(231.02	4) (79.035	5) 30	3 83.161	734.529
Debêntures	103.401	582.815		- (13.368	3) (1.737	7) 24.797	695.908

^(*) São considerados como alterações que não afetam o caixa a apropriação dos encargos financeiros, variação monetária e cambial, derivativos, marcação a mercado, movimentações de depósitos em garantia e baixa dos custos de transação, referentes a dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

(I) Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos e debêntures da controladora e das controladas

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Venct ^o	Garantias	Valor de principal	Saldo em 2018
Banco do Brasil	Real	Capital de Giro / Investimentos	2,5000% a 9,5000% / TJLP + 1,9300% / 108,00% a 122,90% do CDI	2019 a 2030	Aval da Neoenergia / Conta Reserva / Clean	133.000	57.404
BNDES	Real	Investimentos	3,0000% a 6,0000% / TJLP + 1,5900% a TJLP + 3,0600% / SELIC + 2,0900% a SELIC + 2,5300%	2019 a 2035	Aval da Neoenergia / Conta Reserva / Cessão Fiduciária / Fiança Bancária	1.302.695	220.765
Caixa Econômica Federal	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	5,0000% a 6,0000%	2025 a 2026	Aval da Neoenergia / Recebíveis / Fiança Bancária	19.846	10.311
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,9500% / IPCA + 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	720.000	742.027
FINEP	Real	Pesquisa e Desenvolvimento	5,0000% / TJLP + 0,5000%	2019 a 2022	Aval da Neoenergia / Fiança Bancária	9.405	1.457
Itaú	Dólar	Capital de Giro / NDFs	3,6380% a 4,6495%	2019 a 2021	Aval da Neoenergia / Nota Promissória / Cessão Fiduciária de Swap	200.000	210.622
Scotia <i>Bank</i> Total	Dólar	Capital de Giro	LIBOR + 1,9000%	2021 a 2023	Aval da Neoenergia / Clean	349.999 2.734.945	356.504 1.599.090

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

14.1. Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda e	estrangeira	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2017	90.992	309.762	148.707	295.684	845.145
Ingressos	2.679	13.300	-	100.000	115.979
Encargos	27.363	-	14.786	-	42.149
Variação monetária e cambial	1.251	5.684	(836)	5.243	11.342
Derivativos	-	-	31.574	(4.430)	27.144
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(155)	(149)	(304)
Transferências	80.164	(80.164)	195.343	(195.343)	· -
Amortizações de principal	(91.024)	• •	(140.000)	· -	(231.024)
Pagamentos de juros, custos de	(28.451)	389			
captação e outras variações monetárias,			(50.070)		(70, 700)
cambiais líquidas		0.040	(50.670)	-	(78.732)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	2.248	-	=	2.248
(-) Custos de transação	582				582
Saldos em 31 de dezembro de 2017	83.556	251.219	198.749	201.005	734.529
Ingressos	8.559	40.247	-	349.999	398.805
Encargos	19.082	-	18.869	-	37.951
Variação monetária e cambial	939	3.502	66.158	32.229	102.828
Derivativos	-	-	(59.067)	(32.931)	(91.998)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	13	5.328	5.341
Transferências	79.362	(79.362)	100.554	(100.554)	-
Amortizações de principal	(93.808)	-	(195.363)	-	(289.171)
Pagamentos de juros, custos de					
captação e outras variações monetárias,					
cambiais líquidas	(19.567)	(202)	(18.284)	-	(38.053)
(-) Mov. depósitos em garantia	(5.725)	2.131	-	-	(3.594)
(-) Custos de transação	427				427
Saldos em 31 de dezembro de 2018	72.825	217.535	111.629	455.076	857.065

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor captado (R\$)
Contratos de Dívida no Mercado Internacional			
4131	nov/2023	PRÉ	349.999
Taxa Média/Subtotal		7,08%	349.999
Contratos de Dívida no Mercado Nacional			
Financiamento	mar/2024	TJLP	26.607
Financiamento	mar/2024	SELIC	21.367
Financiamento	jun/2024	TJLP	832
Taxa Média/Subtotal		9,08%	48.806
Total e taxa média		7,78%	398.805

Além dos indexadores mencionados acima, as captações realizadas no exercício incorreram em *spreads* estabelecidos contratualmente nas negociações realizadas com os financiadores.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

		2018	
	Dívida	Custos transação	Total líquido
2020	264.510	(26)	264.484
2021	154.815	(38)	154.777
2022	126.522	(18)	126.504
2023	112.561	(9)	112.552
2024	7.594	(2)	7.592
Após 2024	1.363		1.363
Total obrigações	667.365	(93)	667.272
Marcação a mercado)		5.339
Total			672.611

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia ou nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A., com parâmetros pré-estabelecidos, sendo os principais listados abaixo:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

O contrato firmado junto ao BNDES, que é apurado anualmente, prevê que no caso de não cumprimento dos índices financeiros, observado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia deve constituir garantias reais de 130% do saldo devedor, no prazo de 30 dias da notificação do banco. Em janeiro de 2018, a Companhia constituiu as garantias adicionais conforme previsto em contrato. Vale ressaltar que o descumprimento do índice financeiro não enseja o vencimento antecipado.

14.2. Debêntures

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos iniciais em 1º de janeiro de 2017	3.489	99.912	103.401
Ingressos	-	582.815	582.815
Encargos	22.076	-	22.076
Variação monetária e cambial	10	2.607	2.617
Transferências	97.307	(97.307)	-
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações monetárias, cambiais líquidas	(13.668)	(1.437)	(15.105)
(-) Custos de transação	968	(864)	104
Saldos em 31 de dezembro de 2017	110.182	585.726	695.908
Ingressos	-	130.000	130.000
Encargos	39.666	-	39.666
Variação monetária e cambial	348	15.995	16.343
Derivativos	2.113	(4.060)	(1.947)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(5.356)	(5.356)
Transferências	(1.556)	1.556	-
Amortizações de principal	(100.000)	-	(100.000)
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações			
monetárias, cambiais líquidas	(40.441)	(537)	(40.978)
(-) Custos de transação	3.581	4.811	8.392
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.893	728.135	742.028

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício:

Emissão	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
8 ^a	jul-23	IPCA + 5,9772%	130.000
Total			130.000

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

		2018	
- -	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2021	-	(513)	(513)
2022	220.000	(379)	219.621
2023	281.357	(117)	281.240
2024	131.021	(41)	130.980
Após 2024	102.163		102.163
Total	734.541	(1.050)	733.491
Marcação a mercado			(5.356)
Total			728.135

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras de emissões das debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras das controladas ou da controladora, com parâmetros pré-estabelecidos, sendo os principais listados abaixo:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5.

15. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	2018	2017
Salários	644	5.734
Encargos sociais	1.244	1.018
Provisões para férias e 13º salário	5.261	7.327
Encargos sobre provisões para férias e 13º salário	2.674	1.319
Provisão para participação nos lucros e resultados	14.368	12.190
Outros	2.716	1.941
Total	26.907	29.529

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

16. ENCARGOS SETORIAIS

	Ref	2018	2017
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	2.854	5.384
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(b)	849	841
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	685	680
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	18.072	17.939
Programa de Eficientização Energética – PEE	(b)	12.214	6.038
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	(c)	229	197
Outros CCRBT	(d)		8.617
Total	_	34.903	39.696
Circulante	=	17.585	25.707
Não circulante		17.318	13.989

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso (R\$ 2.610 em 31 de dezembro de 2017); CDE-ENERGIA no valor de R\$ 2.854 (R\$ 2.774 em 31 de dezembro de 2017) conforme Resolução nº 2.446 de 09/2018 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 9.093 (R\$ 6.982 em 31 de dezembro de 2017) conforme Resolução nº 2.231 de 04/2017.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

(d) Encargos setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à conta centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2018	2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	49.499	46.876
Programa de Integração Social - PIS	1.501	1.772
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7.002	8.238
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.468	1.465
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	440	410
Imposto sobre Serviços – ISS	283	200
Impostos e contribuições retidos na fonte	8.118	2.466
Outros	427	432
Total	68.738	61.859
Circulante	68.689	61.811
Não circulante	49	48

18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2017	29.994	9.746	3.818	43.558
Adição	2.449	3.088	-	5.537
Reversões por ganho	(2.963)	(181)	-	(3.144)
Reversões por pagamentos/Indenizações	(5.059)	(6.211)	-	(11.270)
Atualização	2.133	1.473	182	3.788
Saldos em 31 de dezembro de 2017	26.554	7.915	4.000	38.469
Adição	39.546	8.985	38	48.569
Reversões por ganho	(768)	(1.534)	(266)	(2.568)
Reversões por pagamentos/Indenizações	(764)	(6.284)	(2)	(7.050)
Atualização	17.136	8.362	111	25.609
Saldos em 31 de dezembro de 2018	81.704	17.444	3.881	103.029
Circulante	764	3.622	1	4.387
Não circulante	80.940	13.822	3.880	98.642

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 5.320 (R\$ 17.103 em 31 de dezembro de 2017) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 82.758 (R\$ 110.150 em 31 de dezembro de 2017) em processos cíveis (incluindo as causas acompanhadas no juizado especial) com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 390.101 (R\$ 366.965 em 31 de dezembro de 2017) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

- (i) Falta de retenção do imposto de renda incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 39.826 (R\$ 37.890 em 31 de dezembro de 2017); e
- (ii) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 226.322 (R\$ 217.351 em 31 de dezembro de 2017).

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Trabalhistas	4.195	9.712
Cíveis	2.063	2.009
Fiscais	13.539	6.347
Total	19.797	18.068

19. OUTROS PASSIVOS

	Ref.	2018	2017
Consumidores		27.943	25.156
Caução em garantia	(a)	22.014	21.726
Adiantamentos recebidos		471	609
Repasse a terceiros		3.070	118
Outras		7.244	8.181
		60.742	55.790
Circulante		50.598	51.443
Não circulante		10.144	4.347

(a) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. As garantias são atualizadas mensalmente com base nos índices IGPM ou CDI, conforme previsto em contrato.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 542.339.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

							To	tal
Acionistas/ Qtde Ações vs R\$	Ordinárias *	R\$	Pref. A	R\$	Pref. B *	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	118.992	383.963	18.739	60.468	16.063	51.831	153.794	496.262
Outros	10.754	34.700	1.867	6.024	1.659	5.353	14.280	46.077
Total	129.746	418.663	20.606	66.492	17.722	57.184	168.074	542.339

^{*} Lote de mil ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) As ações preferenciais "Classe A" têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais "Classe A"; (ii) As ações preferenciais "Classe B", têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercício apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	241.682	188.278
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	168.074	168.074
Lucro básico e diluído por ação – R\$	1,44	1,12

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 179.315 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 31 de dezembro de 2018, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 166.853 (R\$ 160.013 em 31 de dezembro de 2017) e a disponível para capitalização é de R\$ 129.240 (R\$ 122.402 em 31 de dezembro de 2017).

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 31.161 (R\$ 18.098 em 31 de dezembro de 2017) de incentivo fiscal SUDENE.

b) Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir desde 2008 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

		_	V	alor por ação	
Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
<u>2018</u>					
AGO de 27 de março de 2018	Dividendos Adicionais	60.531	0,3521119	0,3873231	0,3873231
RCA de 28 de junho de 2018	JSCP - 2T	27.227	0,1583823	0,1742206	0,1742206
RCA de 28 de dezembro de 2018	JSCP	26.500	0,1541533	0,1695686	0,1695686
		114.258			
<u>2017</u>					
AGO de 14 de março de 2017	Dividendos Adicionais	63.905	0,3717426	0,4089169	0,4089169
AGO de 14 de março de 2017	Dividendos Adicionais	296	0,0017237	0,0018960	0,0018960
RCA de 30 de junho de 2017	JSCP 2T2017	28.560	0,1663688	0,1830057	0,1830057
RCA de 15 de setembro de 2017	JSCP	17.699	0,1029574	0,1132532	0,1132532
RCA de 15 de setembro de 2017	Dividendos Intermediários	54.285	0,3157807	0,3473588	0,3473588
RCA de 04 de dezembro de 2017	JSCP	9.065	0,0527343	0,0580077	0,0580077
		173.810			

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais "Classe B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	Ref.	2018	2017
Lucro líquido do exercício		241.682	188.278
Incentivo fiscal SUDENE		(31.161)	(18.099)
Aplicação inicial CPC 48/IFRS 9		(13.016)	-
Base de cálculo do dividendo		197.505	170.179
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)		49.376	42.545
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:			
Dividendos intermediários		-	54.285
Juros sobre capital próprio		53.727	55.364
Dividendos adicionais propostos	(a)	143.778	60.530
Total Bruto		197.505	170.179
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(*).	;	(7.930)	(566)

^(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

(a) Dividendos adicionais propostos

A Companhia encaminhou para aprovação do Conselho de Administração, na reunião de 14 de fevereiro de 2019, a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

2018	2017
1.494	15.672
114.258	173.850
(7.930)	(566)
(83.518)	(187.224)
-	(238)
24.304	1.494
	1.494 114.258 (7.930) (83.518)

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos em outros resultados abrangentes: (i) os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retorno esperado sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego; e (ii) os ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, ambos líquidos dos efeitos tributários.

21. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções é como segue:

	Ref.	2018	2017
			(Reclassificado)
Fornecimento de energia	(a)	1.647.695	1.516.922
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	31.039	53.671
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.320.753	1.120.245
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(d)	15.512	107.341
Receita de construção da infraestrutura da concessão		341.779	290.397
Outras receitas	(e)	120.736	88.007
Total receita bruta		3.477.514	3.176.583
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(1.080.639)	(1.006.062)
Total receita operacional líquida		2.396.875	2.170.521

As receitas da Companhia estão classificadas no segmento Redes, de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia, e foram geradas geograficamente, na região Nordeste.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

(a) Fornecimento de energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

		MWh (*)		R	!\$	
	Ref.	2018	2017	2018	2017	
Consumidores: Residencial Industrial		2.155.125 316.507	2.113.774 376.709	1.289.678 177.084	1.144.744 179.990	
Comercial Rural Poder público Iluminação pública		977.531 454.577 293.183 197.987	980.767 447.368 291.515 194.091	654.918 167.205 181.318 71.494	585.441 148.993 161.477 63.004	
Serviço público Consumo próprio Fornecimento não faturado Reclassificação da receita pela	(1)	251.402 5.009	240.911 4.908	127.357 - 7.996	105.629 - 3.857	
disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo Subvenção à tarifa social baixa renda Total		4.651.321	4.650.043	(1.228.012) 198.657 1.647.695	(1.040.312) 164.099 1.516.922	

^(*) Informações não auditadas.

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(b) <u>Câmara de Comercialização de Energia - CCEE</u>

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	_	2018	2017
Receita de uso - consumidor livre Receita de uso - consumidor cativo	(*)	92.741 1.228.012	79.933 1.040.312
	•	1.320.753	1.120.245

(*) Vide comentários nota (a), acima.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

(d) <u>Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros</u>

	2018	2017
CVA		
Energia	(6.947)	213.608
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	12.776	(44.319)
TUST	(1.847)	11.427
Neutralidade dos encargos setoriais	524	11.624
Outras CVA's	18.874	(32.086)
Outros itens financeiros		
Energia eletronuclear	-	(20)
Exposição financeira	-	82
Reversão RTE	-	(2.267)
Revisão Tarifária	(869)	-
Sobrecontratação	(16.047)	(13.605)
Risco hidrológico	(12.415)	(37.493)
Efeito das Recontabilizações	92	-
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente Reativo	15.775	(2.546)
Ressarcimento P&D	6.579	-
Outros itens financeiros	(983)	2.936
Total	15.512	107.341

(e) Outras receitas

2018	2017
692	1.066
18.488	16.780
1.791	3.343
2.338	1.807
90.690	58.127
6.338	5.125
399	1.759
120.736	88.007
	692 18.488 1.791 2.338 90.690 6.338 399

^(*) A Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

(f) Deduções da receita bruta

		2018	2017
			(Reclassificado)
Impostos e contribuições			
ICMS		(593.859)	(532.529)
PIS		(50.702)	(47.233)
COFINS		(233.001)	(224.986)
ISS		(1.416)	(1.157)
Encargos setoriais			
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR		-	(5)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(*)	(186.178)	(153.828)
Programa de Eficientização Energética – PEE		(9.754)	(9.058)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT		(3.902)	(3.623)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE		(1.951)	(1.812)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(**)	10.449	(3.623)
Encargos do Consumidor – PROINFA		(3.538)	(2.635)
Encargos do Consumidor – CCRBT		(4.221)	(23.251)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica – TFSEE		(2.566)	(2.322)
Total		(1.080.639)	(1.006.062)
(*)) (*)	:		

22. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	MWh	(*)		R\$	
	2018	2017	2018	2017	
				(Reclassificado)	
Energia comprada para revenda					
Ambiente de Contratação Regulado – ACR (Leilões)	3.170.891	3.099.905	(487.575)	(496.429)	
Contratos bilaterais	762.120	762.120	(147.703)	(153.566)	
Contratos por cotas de garantia física	1.337.414	1.438.079	(120.576)	(60.515)	
Cotas das usinas Angra I e Angra II	180.749	180.749	(44.826)	(40.950)	
Mercado de curto prazo	14.744	-	(33.890)	(25.863)	
PROINFA	115.631	114.684	(34.299)	(33.004)	
Ressarcimento de energia	-	-	15.643	16.311	
(-) Créditos de PIS e COFINS	-	-	121.560	104.796	
Custos variáveis			(398.825)	(459.709)	
Total	5.581.549	5.595.537	(1.130.491)	(1.148.929)	
Encargos de uso dos sistemas de distribuição					
Encargos de rede básica			(151.324)	(109.936)	
Encargos de conexão			(22.235)	(13.155)	
Encargo de Serviço do Sistema - ESS			(15.067)	(19.379)	
Encargos de Energia de Reserva - EER			10.612	44.407	
(-) Créditos de PIS e COFINS			17.116	9.608	
Total			(160.898)	(88.455)	
Total de custos com energia elétrica			(1.291.389)	(1.237.384)	

^(*) Informações não auditadas.

^(*) Vide nota 16 (a). (**) Crédito de ressarcimento P&D, referente a 2017 – SAF/ANEEL – Ofício 350-8.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

23. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

			2017			
Custos / Receitas / Despesas	Ref.	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Outras receitas/ (despesas) gerais e administrativas	Total	Total (Reclassificado)
Pessoal	(a)	(54.984)	(16.998)	(35.515)	(107.497)	(124.282)
Administradores		-	-	(2.400)	(2.400)	(4.489)
Benefício pós-emprego		-	-	990	990	(187)
Material		(4.872)	(427)	(4.849)	(10.148)	(8.124)
Serviços de terceiros		(59.511)	(23.869)	(38.395)		(122.774)
Amortização	(b)	(70.685)	-	(11.252)	(81.937)	(74.227)
Arrendamentos e aluguéis		-	(179)	(887)	(1.066)	(972)
Tributos Provisão para perdas esperadas		(947)	-	(890)	(1.837)	(997)
de créditos de liquidação		-	(12.371)	-	(12.371)	(712)
Provisões líquidas -		-	-	(46.001)	(46.001)	(2.470)
Outras receitas / despesas	(c)	(5.104)	(532)	5.844	208	(10.330)
Total custos / receitas /		(196.103)	(54.376)	(133.355)	(383.834)	(349.564)

(a) Custo e despesa de pessoal

	2018	2017
		(Reclassificado)
Remunerações	(47.822)	(63.336)
Encargos sociais	(24.588)	(24.743)
Auxílio alimentação	(6.364)	(9.618)
Previdência privada e outros benefícios	(6.848)	2.164
Rescisões	(6.103)	(2.737)
Férias e 13º salário	(11.139)	(14.663)
Plano de saúde	(6.326)	(5.258)
Participação nos lucros e resultados	(14.345)	(16.651)
Encerramento de ordem em curso	(20)	(32)
(-) Transferências para ordens	17.693	12.725
Outros	(1.635)	(2.133)
	(107.497)	(124.282)

(b) Amortização

	2018	2017
Quota de amortização no exercício	(82.976)	(75.091)
(-) Crédito PIS/COFINS	1.039	864
	(81.937)	(74.227)
·		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

(c) Outras receitas e despesas

		2018	2017
			(Reclassificado)
Seguros		(813)	(801)
Doações e contribuições		(420)	(665)
Órgãos de classe do setor elétrico		(919)	(1.103)
Despesas de viagem		(1.849)	(1.801)
Propaganda e publicidade		(937)	(596)
Alimentação		(3.038)	(2.750)
Multa contratual do consumidor		22.171	20.439
Multas regulatórias	(*)	-	(3.885)
Perdas / alienação / cancelamento / desativação		(14.276)	(15.745)
Indenização danos elétricos		(800)	(1.268)
Outros		1.089	(2.155)
		208	(10.330)

^(*) Adoção CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 2.6.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
		(Reclassificado)
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	15.122	18.409
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	26.541	28.519
Variações monetárias e cambiais - Dívida	218.539	107.303
Variações monetárias e cambiais – Outras receitas	2.585	6.112
Instrumentos financeiros derivativos	203.805	64.109
Atualização de depósitos judiciais	864	420
Atualização do ativo financeiro setorial	7.534	-
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(3.360)	(2.717)
Outras receitas financeiras	9.966	2.004
Total	481.596	224.159
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	(79.198)	(52.996)
Variações monetárias e cambiais – Dívida	(334.072)	(120.921)
Variações monetárias e cambiais – Outras despesas	(2.350)	(3.358)
Instrumentos financeiros derivativos	(110.175)	(91.254)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(100)	-
IOF	(1.895)	(2.170)
Encargos P&D/PEE	(1.453)	(1.631)
Atualização do passivo financeiro setorial	-	(4.574)
Atualização contingências	(25.609)	(3.789)
Outras despesas financeiras	(15.942)	(6.507)
Total	(570.794)	(287.200)
Resultado financeiro líquido	(89.198)	(63.041)
•	<u> </u>	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

25. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	Ativo/(Passivo)		sivo)	Receita/(Des		
	Notas	2018	2017	2018	2017	Vencimento
Compra de energia elétrica	_ (a)					
Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.	(4)	(261)	(257)	(2.024)	(1.960)	2039
Energética Águas da Pedra		(911)	(896)	(7.069)	(6.845)	2040
Norte Energia S.A.		(6.042)	(3.607)	(46.841)	(29.368)	2044
Cia Hidrelétrica Teles Pires		(640)	(620)	(4.961)	(5.168)	2044
Calango 6 Energia Renovável S.A.		-	-	-	(248)	2036
Santana 1		-	-	-	(228)	2036
Santana 2		-	-	-	(172)	2036
Mel 2 Energia Renovável S/A		-	-	577	538	Indeterminado
Arizona 1 Energia Renovável S/A		-	-	809	804	Indeterminado
ŭ	_	(7.854)	(5.380)	(59.509)	(42.647)	
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão		, ,	, ,	, ,	, ,	
(TUST) e (CUST)	(b)					
SE Narandiba S.A.		(268)	(295)	(2.739)	(3.206)	2027
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.		(10)	(10)	(124)	(93)	2027
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.		(2)	(5)	(38)	(28)	2027
	_	(280)	(310)	(2.901)	(3.327)	
Serviços administrativos						
Neoenergia S.A.	(d)	12.030	4.705	(12.128)	(1.860)	2019
FASERN	(a) (e)	7.237	4.705 11.144	(2.841)	(7.018)	Indeterminado
Enerbrasil Energias Renováveis do Brasil	(6)	40	37	3.057	881	mueterminauo
Banco do Brasil		40	31	(3.080)	001	Indeterminado
Danco do Diasii	_	19.307	15.886	(14.992)	(7.997)	maeteminado
CONTROLADORES						
Dividendos e JSCP	(f)					
Neoenergia S.A.	(1)	(20.607)				
•		, ,	(4.404)	_	_	
Outros Minoritários		(1.397)	(1.494)	-	-	
Previ	_	(411)		<u> </u>	-	
		(22.415)	(1.494)	-	-	
Empréstimos e aplicação financeira	(c)					
BB - Banco Investimento S/A	(-)	(23.675)	76.275	10.004	(1.246)	2021
22 24.10000	_	(23.675)	76.275	10.004	(1.246)	202.
		(23.073)	10.213	10.004	(1.240)	
Total	_	(34.917)	84.977	(67.398)	(55.217)	
Circulante		(2.469)	(16.525)			
Não circulante		(32.448)	101.502			

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a)Contratos de Suprimento de Energia Elétrica, no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
- (b)Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), corrigidos anualmente pela variação do
- (c)Contratos de empréstimo, corrigidos mensalmente com base no CDI e aplicação em fundos de investimento em renda fixa (BB Polo 28).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

- (d)Contrato de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM e contrato celebrado com a Neoenergia para prestação de garantia corporativa como avalista de instrumentos financeiros com cobrança de *fee* por aval.
- (e)Contribuições da Companhia para os fundos previdenciários dos funcionários ativos, calculados sobre as remunerações mensais junto a FASERN.
- (f) Dividendos e juros sobre capital próprios distribuídos e pendentes de pagamento.

25.1. Remunerações da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 2.400 (R\$ 4.489 em 31 de dezembro de 2017). Essas informações referem-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

	2018	2017
Remuneração recorrente	1.633	2.031
Benefícios de curto prazo	880	1.781
Benefícios de longo prazo	(113)	601
Rescisões contratuais		76
Total	2.400	4.489

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores registrados na contabilidade pelo regime de competência apresentam saldo credor em decorrência da reversão de provisões de ILP, constituídas em exercícios anteriores, e que não irão mais ser pagas.

Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 27 de março de 2018, aprovou o montante de até R\$ 4.141 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante pago foi de R\$ 3.487 (R\$ 3.388 em 31 de dezembro de 2017), conforme detalhamento abaixo:

	2018	2017
Remuneração recorrente	1.777	2.169
Benefícios de curto prazo	694	888
Benefícios de longo prazo	1.016	255
Rescisões contratuais		76
Total	3.487	3.388

A Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

26. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e de políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio de pagamento.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2018, operações de *hedge* cambial para a totalidade de suas dívidas principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira.

As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) "Informações complementares sobre os instrumentos derivativos".

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item e) "Informações complementares sobre os instrumentos derivativos".

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 293.696 sendo R\$ 78.776 em fundos exclusivos e R\$ 214.920 em outros ativos.

Adicionalmente, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2018 um volume de R\$ 50.000 em standby credit facilities junto a instituições financeiras como estratégia de liquidez.

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018, as curvas futuras de mercado para os indexadores e moedas.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não d Empréstimos e	erivativos:							
financiamentos	888.330	1.122.146	220.324	238.085	95.888	285.606	273.876	8.367
Debêntures	767.080	1.018.827	42.939	46.729	272.262	433.610	88.416	134.871
Fornecedores	240.497	240.497	221.917	-	-	-	-	18.580
Passivos financeiros deriva	ativos							
Swap cambial Non-deliverable Forwards	(55.894)	(82.060)	19.545	(4.139)	31.112	(59.713)	(46.136)	(22.729)
(NDF)	4	4	1	3	-	-	-	-
Opções	(427)	(427)	(163)	(264)	-	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicado pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's*, S&P ou *Fitch* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2018.

Ratings de longo prazo em escala nacional (*)	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1		AA
BNP Paribas		AAA	
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank		AAA	AAA
Goldman Sachs			AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	
Morgan Stanley		AAA	
MUFG		AAA	
Votorantim	Aa3	AAA	

⁽¹⁾ Bank of America, HSBC, JP Morgan, Sumitomo e Scotia bank possuem ratings apenas em escala global

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2018	2017
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	198.397	1.018
Títulos e valores mobiliários	1.715	2.125
Contas a receber de clientes e outros	631.652	620.590
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	66.986	32.732
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	95.299	347.029
Títulos e valores mobiliários	-	341
Concessão do Serviço Público - Indenização	1.072.340	821.864

e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Nondeliverable Forwards* (NDF) e opções de câmbio.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas no quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

(i) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

	Valor de referência		Valor justo	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
<u>Swap US\$ pós vs</u> R\$ pós	2017	Vencimento (Ano)	2017	2018
<u>πφ ρου</u>		<u> </u>		
Ativo	US\$ 85.184	2018	282.675	
Passivo	R\$ 196.486		(196.486)	
Risco de crédito			(260)	
Líquido			85.929	(85.929)

_	Valor de re	ferência		Valor jı	usto	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
<u>Swap US\$ pré</u> vs R\$ pós	2018	2017	Vencimento (Ano)	2018	2017	2018
Ativo	US\$155.150	US\$ 58.140	2019 a 2023	606.070	197.831	
Passivo	R\$ 563.076	R\$ 202.891	2019 a 2023	(575.213)	(203.555)	
Risco de crédito			<u>.</u>	(15)	193	
Líquido				30.842	(5.531)	36.373

Efeito acumulado

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

(ii) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

	Valor de referência		Valor justo	Efeito acumulado Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
Swap IPCA vs CDI	2018	Vencimento (Ano)	2018	2018
Ativa	R\$ 100.931	2022 a 2024	407.834	
Passiva	R\$ 388.231		(382.669)	
Risco de crédito			(112)	
Líquido			25.053	25.053

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

(iii) Programa de hedge para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

<u>Opções</u>	Valor de referência 2018	Vencimento (Ano)	Valor justo 2018	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2018
Compra de <i>Call</i> Venda de <i>Put</i>	\$730	2019 a 2020	(4)	-
Líquido	-	-	430 426	426

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

(iv) Programa de hedge para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

	Valor de referência		Valor justo	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
<u>NDF</u>	2018	Vencimento (Ano)	2018	2018
Termo EUR Líquido	€ 23	2019 a 2020	(4) (4)	(4)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Tratamento contábil dos instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

- (i) Hedge de valor justo: o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.
- (ii) Hedge de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) quando o item protegido for efetivamente realizado.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo de gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

Instrumentos financeiros derivativos que não são designados como *hedge accounting* são qualificados como *hedge* econômico, e variações no seu valor justo são contabilizadas integralmente no resultado.

f) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do período.
- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.
- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo / Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar		Alta do	3,8748	(597.970)	(149.826)	(299.652)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Dólar	_	606.070	151.501	303.002
Exposição Líquida			·	8.100	1.675	3.350
Collar		Queda do	3,9560	426	(265)	(737)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar(\$)	Dólar			265	737
Exposição Líquida			-	426	-	-
NDF		Queda do		(4)		
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro(€)	Euro		()	(25)	(51)
Exposição Líquida	. ,		-	(4)	(25)	(51)

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros		0 1 1 001	0.400/	204.040	10.015	(4.554)	(0.400)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,40%	284.612	18.215	(4.554)	(9.108)
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,40%	(283.751)	(21.134)	(5.283)	(10.567)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	6,40%	(594.582)	(64.887)	(16.222)	(32.443)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,91%	(525.662)	(40.422)	(3.824)	(7.648)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	2,91%	407.739	31.081	2.966	5.933
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	6,40%	(69.989)	(6.131)	(1.145)	(2.289)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,03%	(123.530)	(11.286)	(2.171)	(4.342)

27. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;

Nível 3 - Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível	2018		2017		
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)						
Mensurados pelo custo amortizado		799.923	68.701	577.506	34.857	
Caixa e equivalentes de caixa		198.397	-	1.018		
Títulos e valores mobiliários	2	1.715	1.715	2.125	2.125	
Contas a receber de clientes e outros		532.825	-	541.631	-	
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	3	66.986	66.986	32.732	32.732	
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		1.214.278	1.118.979	1.263.823	916.794	
Caixa e equivalentes de caixa		95.299	-	347.029	-	
Títulos e valores mobiliários	2	-	-	341	341	
Swap cambial	2	46.639	46.639	94.589	94.589	
Concessão do Serviço Público - Indenização	3	1.072.340	1.072.340	821.864	821.864	
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrang	gente	14.334	14.334	_	-	
Opções	2	430	430	-	_	
Swap de taxa de juros e cambial	2	13.904	13.904	-	-	
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)						
Mensurado pelo custo amortizado		1.259.623	1.259.039	1.290.698	1.281.229	
Fornecedores		240.497	240.497	260.015	260.015	
Empréstimos e financiamentos	2 2	659.975	659.391	334.775	335.089	
Debêntures	2	359.151	359.151	695.908	686.125	
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		640.139	640.139	494.343	494.343	
Empréstimos e financiamentos	2	228.355	228.355	480.152	480.152	
Debêntures	2	407.929	407.929	-	-	
Swap cambial	2	3.855	3.855	14.191	14.191	
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abranç	gente	801	801	-	-	
Non-deliverable forwards (NDF)	2	4	4			
Opções	2	4	4	-	-	
Swap de taxa de juros e cambial	2	793	793	-	-	

^(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A movimentação nos ativos de nível 3 e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 28.339 (R\$ 105.584 em 31 de dezembro de 2017) e estão divulgados nas notas explicativas 10 e 11.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

i) Concessão do serviço público

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

ii) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

Em virtude da reavaliação na metodologia para cálculo do MTM da Companhia, implementada em 2018, o valor presente passou a ser calculado por meio da utilização das curvas de 100% do cupom cambial para a ponta ativa e de 100% do DI futuro da BM&F para a ponta passiva. Até 31 de dezembro de 2017 era utilizada para esse cálculo uma taxa baseada no custo do CDI no início de cada operação. Essa mudança de estimativa contábil não produziu impacto relevante no período e o mesmo comportamento é esperado para períodos subsequentes.

No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa futuro. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

28. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para a compra de energia são como segue:

Vigência	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024
2020 a 2030	1.129.836	1.202.651	1.274.236	1.326.384	1.413.476	10.909.651

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2018, e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

29. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina dois planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Previdenciários nº 001, estruturado na modalidade Benefício Definido – BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001, estruturado na modalidade Contribuição Definida – CD).

Planos de Benefícios Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

O Plano BD (Benefício Definido) é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde março/1999. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

O Plano de Benefícios Previdenciários nº001- Plano CD com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez. Foi implantado em 1999, com adesão de mais de 99% dos participantes ativos. Por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O Plano CD ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o Plano CD também é escopo de cálculos atuariais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contratou junto à seguradora AXA a cobertura dos riscos relacionados a estes benefícios, o que permitiu a liquidação da obrigação atuarial que vinha sendo reconhecida. A apólice de seguro tem vigência de um ano, de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, e durante a vigência cobre a totalidade dos riscos relacionados à recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente. A partir de 2019 e nos anos subsequentes a Companhia pretende renovar anualmente esta apólice, de acordo com a nova política adotada pelo grupo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

As contribuições pagas ou provisionadas para o exercício foram as seguintes:

	2018	2017
Custo do intangível em curso Despesas operacionais	(585) (3.533)	(396) (4.279)
	(4.118)	(4.675)

Deliberação CVM nº 695 - CPC 33 - Benefícios a Empregados

A Deliberação CVM 695/12 de 13 de dezembro de 2012, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 — Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O parecer atuarial, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FASERN em 31 de dezembro de 2018 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram:

		CD	BD)
	2018	2017	2018	2017
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,10%	9,59%	9,20%	9,93%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,29%	5,55%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	N/A	N/A	4,25%	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,25%	4,50%	4,25%	4,50%
Taxa de rotatividade esperada Fator de capacidade	6,66% 0,98	6,87% 0,98	Nula 0,98	Nula 0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-2000 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada 10%	AT-2000 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada 10%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	N/A	N/A	AT-1983 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada 10%	AT-1983 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada 10%
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-média	Light-média	N/A	N/A
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade

Análise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2018 e 2017 foram:

	CD	BD	
Analise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	2017	2018	2017
Valor presente das obrigações de benefício definido			
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1.703	88.046	85.866
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	1.636	81.400	79.293
% de impacto na obrigação de benefício definido			
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	2,05%	4,07%	4,13%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-1,95%	-3,79%	-3,84%
Impacto na <i>durantion</i> média da obrigação de benefício definido			
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	4,05	8,95	8,10
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	3,95	8,50	7,83

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Benefícios de aposentadoria - BD	8.089	7.916	22.553	32.635	71.193

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente, relacionados aos planos previdenciários e assistencial, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		(Reclassificado)
Benefícios de previdência - CD	-	(1.177)
Benefícios de previdência - BD	7.290	2.964
	7.290	1.787
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de contribuições do empregador revertidas no ano		
Benefícios de previdência - CD	1.121	124
Benefícios de previdência - BD	294	1.120
	1.415	1.244
Redimensionamento atuariais reconhecidas no resultado abrangente n	o exercício	
Benefícios de previdência - CD	57	(1.755)
Benefícios de previdência - BD	4.031	(9.413)
	4.088	(11.168)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CD		BD	
	2018	2017	2018	2017
Custo do serviço passado	1.202	-	-	-
Custo do serviço corrente	(201)	(187)	-	-
Custo dos juros	(100)	70	294	1.120
Contribuições pagas pela patrocinadora	220	241	-	-
Total incluído no resultado	1.121	124	294	1.120

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	CD	BD
Em 31 de dezembro de 2016	(1.318)	(78.159)
Custo do serviço corrente	(187)	-
Custo dos juros	(142)	(8.766)
Contribuições dos participantes do plano	(6)	-
Benefício pago pelo plano	-	10.459
Premissas demográficas	535	(485)
Premissas financeiras	(26)	(4.959)
Experiência do plano	(524)	(549)
Em 31 de dezembro de 2017	(1.668)	(82.459)
Custo do serviço passado	2.032	-
Custo do serviço corrente	(201)	-
Custo dos juros	(144)	(7.803)
Contribuições dos participantes do plano	(13)	-
Benefício pago pelo plano	5	7.888
Premissas demográficas	(20)	-
Premissas financeiras	(42)	(2.543)
Experiência do plano	51_	313
Em 31 de dezembro de 2018		(84.604)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	CD	BD
Em 31 de dezembro de 2016	1.771	134.813
Receita de juros sobre os ativos do plano	212	15.468
Contribuições do empregador	241	-
Contribuições de empregados	7	-
Benefícios pagos	-	(10.459)
Juros sobre valor justo	(1.740)	(19.636)
Em 31 de dezembro de 2017	491	120.186
Receita de juros sobre os ativos do plano	44	11.549
Redimensionamentos atuariais	67	9.382
Contribuições do empregador	220	-
Contribuições de empregados	13	-
Benefícios pagos	(5)	(7.888)
Pagamentos do custo do serviço passado	()	
dos ativos do plano	(830)	
Em 31 de dezembro de 2018		133.229

Os ativos dos planos de benefícios estão classificados nas seguintes categorias:

Ativos Administrados pela FASERN

	2018		2017	
	BD	CD	BD	Total
Renda fixa	125.864	387	113.806	114.193
Renda variável	6.550	104	5.660	5.764
Investimentos imobiliários	815	_	720	720
Total	133.229	491	120.186	120.677
Renda fixa	94%	79%	94%	94%
Renda variável	5%	21%	5%	5%
Investimentos imobiliários	1%	0%	1%	1%
Total	100%	100%	100%	100%

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido, contribuição definida para 2019:

	Plano BD
Custo dos juros	671
Custo total da obrigação	671

Outros benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 30.946 (R\$ 48.429 em 31 de dezembro de 2017).

30. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

lm n a mtân ai a

	Segurada				
Riscos	Data da vigência	(R\$)	Prêmio (R\$)		
Riscos operacionais - Subestações e Usinas	08/10/18 a 31/05/19	210.520	162		
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/18 a 08/10/19	4.000	481		
Veículos	31/05/18 a 31/05/19	100% FIPE	33		

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, que resultaram no aumento da proteção dos ativos com a mudança da modalidade de Riscos Nomeados para a modalidade de Riscos Operacionais ("all risks").

31. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua politica socioambiental.

A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Em 2018, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental na COSERN:

- Compensação ambiental Por conta da necessidade de supressão de vegetação para construções de novas redes de distribuição, construção de novas linhas de subtransmissão e subestações, no bioma caatinga ou, eventualmente mata atlântica, a COSERN amparada pela legislação ambiental estadual realiza a compensação ambiental florestal na forma do pagamento do valor/árvore ao órgão ambiental para reposição florestal nas unidades de conservação.
- Comunicação com as partes interessadas Folder informativo, contendo informações sobre o empreendimento, aspectos e cuidados com a preservação e conservação do meio ambiente.
- Rede compacta Utilização de cabos elétricos protegidos para evitar acidentes por contato com árvores, redução da necessidade de poda da arborização e melhoria do desempenho do sistema elétrico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

- Gerenciamento de resíduos - Através do Projeto Logisverde promove a reutilização de carretéis de madeira e do Projeto Poste Ecológico o reuso dos resíduos de concreto, ambos por meio da logística reversa; reforma de equipamentos do sistema elétrico e recicla o óleo mineral isolante dos transformadores; reciclagem de papel; os resíduos, Classe I (perigosos) e Classe II (não perigosos) são coletados, transportados e destinados por empresas licenciadas, a fim de atender à legislação vigente.

A distribuidora realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa.

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo		Resultado	
	2018	2017	2018	2017
Recursos aplicados*	45.433	13.113	5.380	2.709

(*) Informação não auditada.